

# **CLASSIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SUDESTE BRASILEIRO**

**DEMOGRAPHIC CLASSIFICATION AND  
CHARACTERIZATION OF THE SMALL MUNICIPALITIES OF  
SOUTHEAST BRAZIL**

**CLASIFICACIÓN DEMOGRÁFICA Y CARACTERIZACIÓN  
GEOGRÁFICA DE LOS MUNICIPIOS DE PEQUEÑO PORTE  
DEL SUDESTE BRASILEÑO**

## RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma taxonomia espacial dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro, sob a ótica da dinâmica demográfica. Não obstante, através do olhar geográfico foi possível perceber as nuances existentes entre os subespaços compostos por estes pequenos municípios, a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. Segundo o IBGE em 2010, 1.430 municípios apresentavam população inferior a 50.000 habitantes. Estes municípios, considerados como de pequeno porte, foram submetidos à uma tipologia baseada na associação das variáveis demográficas: taxa anual média de crescimento populacional, saldo migratório e grau de urbanização. Os resultados evidenciaram 435 pequenos municípios em situação de crescimento populacional (dinâmicos), 817 com crescimento estável (semi-estagnados) e 177 pequenos municípios com perdas populacionais (debilitados). A taxonomia espacial desenvolvida pode reforçar a compreensão e identificação dos papéis dos pequenos municípios em análise e das recentes tendências socioeconômicas destas unidades territoriais.

**PALAVRAS-CHAVE:** municípios de pequeno porte; população do Sudeste; taxonomia espacial; subespaços.

## ABSTRACT

This article presents the results of a space taxonomy of the small municipalities of southeastern Brazil, from the perspective of demographic dynamics. In addition, through the geographic look it was possible to understand the nuances that exist between the subspaces consisting of these small municipalities, from the data of the Census of 1991, 2000 and 2010. According to the IBGE in 2010, 1.430 municipalities had population of less than 50,000 inhabitants. These municipalities, considered small, underwent a typology based on the association of demographic variables: average annual rate of population growth, migratory balance and degree of urbanization. The results showed 435 small municipalities in a situation of population growth (dynamic), 817 with stable growth (semi-stagnant) and 177 small municipalities with population losses (weakened). The spatial taxonomy developed can reinforce understanding and identifying the roles of the small municipalities under analysis and the recent socioeconomic trends of these territorial units

**KEYWORDS:** small municipalities; population of the Southeast; spatial taxonomy; subspaces.

## RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de una taxonomía espacial de los municipios de pequeño porte del Sudeste brasileño, bajo la óptica de la dinámica demográfica. Además, através de la mirada geográfica fue posible percibir los matices existentes entre los subespacios compuestos por estos pequeños municipios, a partir de los datos del Censo Demográfico de 1991, 2000 y 2010. Según el IBGE en 2010, 1.430 municipios presentaban población inferior a 50.000 habitantes. Estos municipios, considerados como de pequeño porte, fueron sometidos a una tipología basada en la asociación de las variables demográficas: tasa anual media de crecimiento poblacional, saldo migratorio y grado de urbanización. Los resultados evidenciaron 435 pequeños municipios en situación de crecimiento poblacional (dinámicos), 817 con crecimiento estable (semi-estancados) y 177 pequeños municipios con pérdidas poblacionales (debilitados). La taxonomía espacial desarrollada puede reforzar la comprensión e identificación de los papeles de los pequeños municipios en análisis y de las recientes tendencias socioeconómicas de estas unidades territoriales.

**PALABRAS CLAVE:** municipios de pequeño porte; población del Sudeste; taxonomía espacial; subespacios.

## Introdução

Este artigo objetiva analisar a organização espacial dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro a partir de uma taxonomia espacial considerando variáveis demográficas. Pretende-se sob a luz do olhar geográfico caracterizar os agrupamentos compostos por subespaços de municípios que apresentam comportamentos demográficos semelhantes e destoantes. A escolha dos municípios de pequeno porte como universo de investigação efetuou-se devido à expressividade numérica destas unidades territoriais diante da escala regional e nacional. Conforme o IBGE, os municípios com até 50 mil habitantes representavam em 2010 mais de 90% do total dos municípios brasileiros. Assim, selecionou-se a dimensão demográfica em face de rápidas alterações no Sudeste, trazendo à luz novas demandas e desafios para a compreensão do espaço regional. Logo, a dinâmica demográfica é considerada neste trabalho, como mais um instrumento capaz de captar, por meio dos seus significados, as variações regionais expressas pelos subespaços do Sudeste.

Na comunidade científica, muito vem se discutindo sobre os comportamentos recentes da urbanização brasileira e das novas dinâmicas internas dos movimentos populacionais (MATOS & BAENINGER, (2008); CUNHA (2012); NASCIMENTO & OJIMA (2014); LOBO (2016). Tendo em conta a bibliografia disponível, esse trabalho propôs uma tipologia dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro, conforme sua performance demográfica, contempladas pela combinação de variáveis largamente utilizadas em estudos anteriores (RIBEIRO & CAVALCANTI (2011); LIMA & BRAGA (2013); CABETTE & STROHAECKER (2015); CARVALHO & RIGOTTI (2015); DOTA *et al.* (2017); HAMDOUNCH *et al.* (2017)), como Taxa de Crescimento Populacional, Saldo Migratório e Grau de Urbanização. A hipótese deste estudo é centrada em demonstrar que a mudança no comportamento demográfico observada nos últimos 20 anos nos pequenos municípios do Sudeste brasileiro é influenciada por transformações socioespaciais regionais onde estão inseridos estes pequenos municípios.

A relevância acadêmica e social desta investigação reside no fato de que ainda são incipientes os estudos que priorizem a realidade dos municípios de pequeno porte no Brasil, principalmente em relação a um arcabouço teórico e metodológico que dê conta da heterogeneidade dos processos existentes nestas porções espaciais. Ainda privilegia-se nas pautas acadêmicas os trabalhos voltados às realidades metropolitanas ou de grandes e modernos centros urbanos (CORRÊA (1999); BELL & JAYNE (2009); FRESCA (2010); JUNIOR (2013). Entretanto, como versa Bacelar (2008, p.160), ainda não há um conceito unívoco ao tratar das pequenas cidades, mas apenas várias noções e critérios para delimitação e classificação. Tais cidades, em geral, apresentam-se em um “limbo” conceitual e epistemológico, o que segundo o autor tornam penosas as análises geográficas acerca dessas localidades atualmente.

Neste contexto, é importante ressaltar que este trabalho adota o termo “municípios de pequeno porte” ou “pequenos municípios” por se referir ao município em sua totalidade, não apenas fazendo menção ao espaço citadino. Ademais, faz-se o uso dos dados censitários do IBGE que dizem respeito ao município, sem discriminar os setores censitários que o compõe. Neste sentido, este estudo também apresenta importância por enfatizar a diversidade entre os tipos de municípios de pequeno porte do Sudeste, sob um ponto de vista processual espaço-temporal. Além de que, a produção destas informações pode fundamentar políticas públicas direcionadas aos pequenos municípios no Brasil.

Com o intuito de reconhecer conjuntos de municípios seguindo padrões de similaridade do ponto de vista demográfico, a metodologia utilizada na construção da tipologia consistiu na delimitação de estratos através de sucessivos cruzamentos entre as variáveis tomando como referência os municípios de pequeno porte. Estas associações conduziram à identificação de três agrupamentos compostos por municípios que apresentaram perfis de dinamicidade, semi-estagnação e debilidade. Cumpre explicitar que a referida tipologia foi elaborada para o Sudeste brasileiro segundo os dados dos Censos Demográficos de 2010. Esta abordagem centrada na espacialização dos componentes demográficos permi-

tiu uma delimitação metodológica e operacional das interações socioespaciais como meio de compreender a dinâmica territorial em seus aspectos e tendências experimentadas por uma plêiade de municípios de pequeno porte.

A partir da discriminação de três classes de municípios, questiona-se como se comportam os municípios de pequeno porte diante desta classificação tipológica e como apresentam-se distribuídos no Sudeste de acordo com os três grupamentos identificados. Após todo o percurso teórico-metodológico e discussão de dados, o artigo encontra-se fracionado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira versa sobre os procedimentos metodológicos que circunscreveram o desenvolvimento desta investigação e a segunda analisa de forma detalhada, os resultados da tipologia proposta, valendo-se do olhar geográfico sinalizando as diferenciações socioespaciais existentes no Sudeste brasileiro.

## Procedimentos metodológicos

Este estudo pode ser classificado como descritivo-explicativo por pretender descrever e compreender os contextos sociais e econômicos aos quais se inserem os municípios de pequeno porte do Sudeste, e identificar subespaços compostos por municípios que apresentem padrões de similaridade, por meio do uso de uma “Taxonomia Espacial”. Segundo o IBGE, o Sudeste brasileiro abrigava em 2010, um conjunto de 1.430 municípios com população total inferior a 50.000 habitantes representando fração relevante do território brasileiro do ponto de vista sociodemográfico. As análises neste estudo irão se concentrar em torno destas unidades territoriais por compreender que este recorte possibilita um conjunto amostral expressivo diante do sistema urbano brasileiro, como apontam COUTINHO (2011); NOGUEIRA (2013); MOREIRA JUNIOR (2015); ALVES & SILVA (2016), dentre outros. Portanto, a escolha do parâmetro quantitativo inferior aos 50.000 habitantes vai ao encontro do critério numérico utilizado nos estudos de Corrêa (2011), o que facilita o estabelecimento de comparações.

Quanto às técnicas utilizadas, todos os municípios do Sudeste foram classificados inicialmente, em três classes considerando o tamanho populacional: *municípios de Grande Porte demográfico* (aqueles com população superior a 750.000 habitantes); *municípios de Porte Intermediário* (população inferior a 750.000 e superior a 50.000 habitantes) e *municípios de Pequeno Porte demográfico* (população inferior a 50.000 habitantes). Em sequência, essas classes foram estratificadas segundo a densidade demográfica (razão entre o número de habitantes de uma localidade e sua respectiva área). Para isto, calculou-se a densidade demográfica média dos municípios do Sudeste, obtendo-se o valor de 194 hab/Km<sup>2</sup>, arredondado para 200 hab/km<sup>2</sup>. Ressalte-se que, mesmo no Sudeste, a imensa maioria dos municípios têm densidade inferior a esse valor e alguns poucos exibem densidades muitíssimo mais altas.

Arbitrou-se essa linha de corte para classificar os municípios de densidades “superiores” e “inferiores”, ou simplificada: municípios de Alta e Baixa densidade demográfica. Entre os municípios de Grande Porte todos são de alta densidade. Já os municípios de Porte Intermediário foram divididos em de Porte Intermediário de Alta Densidade e municípios de Porte Intermediário de Baixa Densidade. Analogamente, os municípios de Pequeno Porte populacional também foram subdivididos em dois grupos, os de Alta Densidade e os de Baixa Densidade (a grande maioria).

Esta simplificação inicial justifica-se pelo fato de que não se deve desconsiderar o tamanho populacional quando se quer refletir sobre os municípios de pequeno porte. Entretanto, é importante ultrapassar as lógicas de classificação vinculadas exclusivamente no critério populacional, tal como advoga (FRESCA (2010); KLERING *et al.* (2013); COSTA *et al.* (2014); MARENGO & RAINER (2014); GOMES & MATOS (2016); SMITH (2017). Enfim, a identificação inicial dos tipos de municípios consistiu em mais um instrumento de

recorte analítico com o intuito de aproximar-se de aspectos e tendências inerentes a essas realidades socioespaciais.

Em termos organizacionais, a etapa de coleta e extração dos dados secundários, de acesso público, ocorreu nos microdados do Universo e da Amostra do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010 com o auxílio do Excel (software da *Microsoft Office*) e do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences - SPSS*, versão 20.0. Efetuou-se o cálculo das variáveis demográficas Taxa de Crescimento Populacional, Saldo Migratório e Grau de Urbanização, e em seguida se produziu a tipologia espacial.<sup>1</sup>

A Taxa de Crescimento Populacional expressa em percentual, o incremento médio do tamanho de uma população de um espaço geográfico, compreendido entre dois momentos no tempo, no caso, entre o período de dois censos demográficos. Pelo método geométrico, obteve-se a taxa de crescimento ( $r$ ), subtraindo 1 da raiz enésima do quociente entre a população final ( $P_t$ ) e a população no começo do período considerado ( $P_0$ ), multiplicou-se o resultado por 100, sendo “ $n$ ” igual ao número de anos no período.

$$r = \left[ \left( \sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$$

O Saldo Migratório é um indicador que verifica o impacto da migração sob uma população, ou seja, representa o balanço entre perdas e ganhos populacionais de uma unidade geográfica em um período de tempo, calculado através dos migrantes de data-fixa. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são considerados migrantes, todos os indivíduos que realizaram mudança permanente de residência entre os municípios no período observado. Neste sentido, o migrante de data-fixa compreende todos os indivíduos que declararam um município de residência cinco anos antes da data do censo diferente daquele no qual residiam à data do censo. Esse tipo de informação permitiu compreender o fenômeno migratório no espaço e em dois períodos de tempo.

---

	$SM_{0-t}$ : Saldo Migratório entre 0 e t
$SM_{0-t} = I_{0-t}^{DF} - E_{0-t}^{DF}$	$I_{0-t}^{DF}$ : Residentes na unidade geográfica que declararam residir em outro lugar no início do período
	$E_{0-t}^{DF}$ : Pessoas que declararam residir na unidade geográfica no início do período, mas que vivem em outro lugar na data de referência.

O Grau de Urbanização indica o percentual da população residente em áreas urbanas, segundo a divisão político administrativa estabelecida pelas administrações municipais. Esta é uma medida que indica situações de maior ou menor urbanização. O dinamismo urbano pode estar atrelado ao desenvolvimento econômico, embora em vários municípios o baixo grau de urbanização não indica baixo dinamismo econômico. Importante sublinhar que no caso do Sudeste, muitos municípios ligados ao agronegócio possuem baixo grau de urbanização, mas são altamente dinâmicos do ponto de vista econômico: ainda que tenham experimentado um processo de expulsão demográfica no passado, vários destes municípios podem ser extremamente modernos à custa do agronegócio. Isso não invalida entretanto, a outra afirmativa, muito presente na literatura, desde a Revolução Industrial, de que localidades mais urbanizadas são mais prósperas economicamente do que as não urbanizadas.

$$GU = \frac{\text{População urbana residente}}{\text{População total residente}} \times 100$$



Uma segunda simplificação da realidade consistiu na identificação de três categorias: uma primeira correspondente a municípios dinâmicos do ponto de vista demográfico, uma intermediária associada a municípios com desempenho semi-estagnado e uma terceira que agrupou os municípios debilitados frente a dinâmica populacional. Os municípios dinâmicos, em crescimento em termos demográficos apresentam taxa crescimento populacional positiva, acima de 0,86% ao ano. Este valor refere-se à mediana da taxa de crescimento populacional exibida pelos municípios de pequeno porte. Justifica-se esta seleção pelo fato de que atualmente (2017), um balizador ligado, por exemplo, ao crescimento médio do Sudeste (1,04%) já não se faz oportuno, uma vez que, poucas são as localidades que crescem acima de 1%. Os municípios dinâmicos sob o olhar do grau de urbanização deveriam ser aqueles que tivessem uma população urbanizada superior a 75,6%, este número representa a mediana do grau de urbanização encontrado entre os municípios de pequeno porte do Sudeste. Este corte torna-se útil uma vez que, o processo de urbanização no Brasil é um fenômeno avançado, de mais de 100 anos. O mundo vem se tornando urbano industrial e muitos municípios do Sudeste já experimentaram a transição urbana: a maioria deles com mais de 50% da sua população vivendo nas cidades.

Em termos de saldos migratórios, a discriminação dos municípios dinâmicos seleciona os que apresentaram saldos positivos acima de 292 pessoas, ou seja, valor referente à mediana dos municípios de pequeno porte ganhadores de população. Em suma, ao longo da tipologia dos municípios, internamente à cada variável constituinte da classificação, optou-se por utilizar como corte demarcatório números absolutos baseados na mediana exibida correspondente aos valores encontrados em cada variável tomando como referência o conjunto amostral dos municípios de pequeno porte que constituem o foco deste trabalho.

Nesta mesma lógica, a categoria dos municípios “Debilitados” correspondeu à aqueles municípios em declínio e com perfil de perdedores de população conforme as variáveis utilizadas ao longo da classificação. São os municípios com taxa negativa de crescimento populacional inferior a 0,39% ao ano, saldo migratório negativo inferior a 208 pessoas e grau de urbanização inferior a 60%. Selecionou-se os municípios de pequeno porte que apresentassem desempenho negativo internamente à cada variável e calculou-se a mediana. Este valor estipulou as categorias correspondentes aos estratos em cada variável. Sublinhe-se que no caso do Grau de Urbanização (GU), adotou-se o corte de 60% na tentativa de reduzir os efeitos das discussões sobre população urbanizada no Brasil (o que causa superestimação em face do que se considera área urbana), e em face da evidência empírica mundial de que a urbanização tem se expandido pelo mundo inteiro.

A categoria intermediária às classes compostas por municípios em crescimento e em declínio, correspondeu aos assentamentos municipais que apresentavam perfil semi-estagnados ou em transição. Desta forma, abrangeu municípios onde a taxa de crescimento populacional estaria próxima de zero, oscilando entre o crescimento positivo abaixo de 0,86% e o decréscimo superior a 0,39%. Estes demarcadores ganham validade ao considerar que por exemplo, o estado de Minas Gerais que é um dos mais dinâmicos da Federação cresce em torno de 1%. Quanto ao saldo migratório, abrangeria municípios que estariam entre o ganho abaixo de 292 pessoas e acima à perda de 208 pessoas. Já o grau de urbanização seria inferior a 75,6% até em torno de 60%. Entretanto, durante a operacionalização da taxonomia, alguns casos não se identificaram com nenhum dos grupos delimitados. Portanto, arbitrou-se que, os municípios que apresentassem maior semelhança a algum agrupamento conforme o desempenho das três variáveis utilizadas no modelo, fosse agrupado respeitando o critério de maior proximidade. Entende-se que esses critérios atenderam aos objetivos da tipologia por sintetizar a expressão do processo demográfico no Sudeste brasileiro.

Complementarmente a tipologia criada, acrescentou-se os indicadores, Índice de Envelhecimento e Razão de Sexo, a fim de aferir os contrastes e semelhanças internas aos agrupamentos quanto à característica demográfica dos mesmos. O Índice de envelhecimento expressa a relação entre a população idosa (número de pessoas com 60 anos ou mais), para cada 100 pessoas menores de 15 anos. Importante salientar, que para o cálculo deste indica-

dor utilizou-se aqui o parâmetro de 60 e mais anos para manter a coerência com os demais indicadores e para atender à Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994). Já a Razão de Sexo representa a relação quantitativa entre os sexos em porcentagem.

Além das reflexões demográficas, convém introduzir um olhar geográfico, afim de destacar fatos geográficos, como relevo e vias de acesso, que também exercem influência na dinâmica de reprodução do espaço geográfico do Sudeste brasileiro. A partir disto, considerando o universo em análise foram construídas representações cartográficas relativas às principais redes de drenagem, vias de acesso e situação topográfica em termos de declividade utilizando o *software* para sistemas de informações geográficas, *Arcgis 10.3*.

## Resultados e discussões correlatas

Em 2010 no Sudeste, o Censo Demográfico registrava a presença de 1.430 municípios de pequeno porte (somados os de alta e baixa densidade demográfica). A maioria deles, 787, estava em Minas Gerais, secundada por São Paulo, com 521 municípios. As duas outras Unidades da Federação, Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem menores, agregavam juntas, um total de 121 municípios. A Tabela 1 evidencia que os nove municípios de grande porte, os mais populosos da região Sudeste, experimentaram no período 2000/2010 um crescimento relativamente baixo, mas ainda assim positivo: tanto quanto os 1.389 municípios de pequeno porte e baixa densidade cresceram menos de 1% ao ano (0,73% a.a). Os 229 municípios de Porte Intermediário destacam-se ao exibir crescimento demográfico superior às médias do Brasil e do Sudeste (1,46% a.a. entre os de Alta Densidade e 1,19% a.a. entre os de Baixa Densidade). Já entre os de Pequeno Porte, os de Alta Densidade tiveram um crescimento surpreendentemente alto, 2,21% ao ano, mais do dobro da média do Sudeste.

Se comparado ao decênio anterior (1991/2000) todos os municípios distribuídos em classes de tamanho populacional apresentaram no decênio de 2000/2010, um decréscimo na taxa de crescimento populacional. Tal fato, pode ser explicado pela transição demográfica que o Brasil vem passando há décadas o que faz declinar o ritmo de crescimento demográfico (BRITO (2008); LOBO & MATOS (2011)). Apesar de reduzido o ímpeto do crescimento populacional, ainda há a possibilidade de crescimento através do acréscimo populacional derivado das migrações.

Neste contexto, cabe questionar, o que os pequenos municípios possuem de notável? Quais são as singularidades que os pequenos municípios internalizam no Sudeste a ponto de torná-los relevantes do ponto demográfico? Esses números tendem a apontar fenômenos ainda pouco examinados na região, porquanto estão a sugerir que os municípios de pequeno (os com menos de 50 mil habitantes), perdedores históricos de população (DURHAM (1973); LOPES (1978); SINGER (1988); MARTINE (1990); SILVA (1996) e BALSAN (2006)), sobretudo para as grandes cidades estariam mostrando uma certa reversão de tendências. Algo pouco óbvio deve estar ocorrendo em centenas de pequenos municípios, a ponto de vários deles estar reunindo estoques populacionais expressivos a lhes conferir a condição de Alta Densidade. Se são municípios que historicamente perdiam população para os grandes (desde 1920 até 1980), qual a expressão demográfica desses subespaços indicados nos dados dos últimos censos?

Os mesmos dados da Tabela 1 indicam que os municípios de pequeno porte reuniam em 2010 mais de 17,8 milhões de habitantes, o que correspondia a cerca de 22,2% dos 80,4 milhões da população do Sudeste. Embora os dados deixem evidente o aumento do protagonismo dos municípios de porte intermediário ao longo das décadas, particularmente os classificados como de Alta Densidade (26,6 milhões em 2010), não há como ignorar a importância dos municípios de pequeno porte.

Classes de tamanho por densidade	Número de Municípios (2010)	População Total						Taxa de Crescimento Anual	
		1991	%	2000	%	2010	%	1991/2000	2000/2010
Grande Porte	9	22.094.825	35,22	23.864.440	32,95	25.667.688	31,94	0,77	0,73
Intermediário de Alta Densidade	131	18.294.224	29,16	22.968.924	31,71	26.686.614	33,03	2,36	1,46
Intermediário de Baixa Densidade	98	7.902.961	12,60	9.138.431	12,62	10.138.250	12,79	1,32	1,19
Pequeno Porte de Alta Densidade	41	602.871	0,96	989.183	1,37	1.230.285	1,53	5,08	2,21
Pequeno Porte de Baixa Densidade	1.389	13.845.520	22,07	15.469.215	21,36	16.641.573	20,71	1,12	0,73
<b>Total</b>	<b>1.668</b>	<b>62.740.401</b>	<b>100</b>	<b>72.430.193</b>	<b>100</b>	<b>80.364.410</b>	<b>100</b>	<b>1,45</b>	<b>1,04</b>

Tabela 1 - Classes de tamanho e densidade dos municípios do Sudeste, participação relativa e taxa de crescimento demográfico anual (%) entre 1991, 2000 e 2010  
 Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados Trabalhados pelos autores

Nesta seara, a associação entre tamanho populacional com níveis de densidade demográfica pode favorecer a análise em questão. Segundo Matos & Ferreira (2017), espera-se que nos pequenos municípios a disponibilidade relativa de terras e solos férteis possa favorecer a prática da agricultura em terrenos mais baratos que os das franjas urbanas, seja por meio da agricultura moderna e produtora de commodities (exigente de maiores áreas cultivadas), seja a agricultura de pequeno porte, produtora de alimentos para o abastecimento das cidades (frequentemente desenvolvida em pequenas propriedades).

Uma série de questões interpõe-se à reflexão diante dessas constatações. Afinal, se parece haver pequenos municípios relativamente atraentes, qual a importância que assumem do ponto de vista demográfico? Ademais, onde estão os subespaços mais dinâmicos do Sudeste? Principalmente no estado de São Paulo (o mais desenvolvido da Federação) ou estão dispersos, distribuídos pelos quatro estados da região, não raro delineando agrupamentos municipais com características similares?

Para responder tais indagações, operacionalizou-se uma classificação baseada em variáveis demográficas a fim de examinar esse rol de pequenos municípios. Para tal, a classificação englobou o universo amostral de todos os municípios do Sudeste, mas focalizou-se os pequenos municípios e suas expressões demográficas nos dados censitários de 2010. Esse esforço metodológico de caráter exploratório pode ser visualizado na Tabela 2 que agrupa os pequenos municípios em três classes de unidades territoriais: os Dinâmicos, Semi-estagnados e Debilitados como descrito na seção metodológica. Cumpre mencionar que apenas o município de Governador Lindenberg, localizado no estado do Espírito Santo foi excluído da Tipologia por ter sido emancipado após o censo de 2010, não apresentando portanto, dados suficientes para tal análise. Desse modo, a Tipologia abarcou 1.429 pequenos municípios do Sudeste brasileiro.

Em função da homogeneidade que os dados censitários de 1991, 2000 e 2010 apresentam permite-se fazer análises comparativas relacionadas à dimensão temporal dos municípios de pequeno porte. Parte-se assim, de uma análise macro para uma análise micro estabelecendo conexões entre estas dimensões. Ao observar mais detidamente os dados da Tabela 2, e considerando todas as Unidades Federativas do Sudeste, os municípios de pequeno porte dinâmicos (de alta e baixa densidade demográfica) apresentam taxas de crescimento populacional significativamente maiores que a média do Sudeste (1,04%) e a brasileira (1,17%).

É entre os municípios de pequeno porte de alta densidade que concentram-se 37 municípios dinâmicos com taxas de crescimento populacional acima da média nacional. Em 2010, as taxas verificadas nestes municípios foram de 2,7% a.a em Minas Gerais, 2,6% a.a em São Paulo, 2,5% a.a, no Rio de Janeiro. Isto deve se explicar pelo fato de haver várias porções territoriais que cresceram muito em um passado recente. São Paulo é o estado com a maior parcela de municípios nesta condição. Nestes casos é redundante dizer sobre o elevado grau de urbanização porque geralmente são municípios extremamente urbanizados, alguns com mais de 90% da população residindo em áreas urbanas. Localizam-se nas proximidades das Regiões Metropolitanas, o que lhes confere a situação de alta densidade



demográfica diante da função de expansão urbana que costumam exercer. Contudo, analisando os dois últimos períodos censitários (1991/2000 e 2000/2010), todos os pequenos municípios experimentaram um declínio do ritmo do crescimento populacional. Este fato também se verifica em outras classes de tamanho de municípios e essa constatação se associa aos efeitos da transição demográfica.

Em contrapartida, ao se comparar o grau de urbanização nota-se um acréscimo em todas as classes de municípios e em todos os Estados, processo este que segue a tendência acelerada de urbanização da população mundial. Todavia, os menores graus de urbanização concentram-se entre os pequenos municípios Debitados e de baixa densidade, o que indica a existência da forte presença do mundo rural mais tradicional.

Como a urbanização é um processo que vem generalizando-se largamente pelo país, é provável que as áreas urbanas em municípios ditos dinâmicos sejam muito expressivas em termos de população e portanto, a presença de mulheres é mais dominante. Ao comparar a Razão de Sexo nos pequenos debilitados observa-se uma desproporção entre homens e mulheres e uma situação de predominância de homens (as mais altas razões encontram-se nestes municípios de ambos os estados), certamente influenciados pelo fenômeno da masculinização rural.

Por exemplo, os pequenos municípios debilitados paulistas apresentavam Razão de Sexo de 106,2 em 2000 e em 2010, 103,2, e Grau de Urbanização de 51,1% em 2000 e 56,8% em 2010. Isto significa que, mesmo tendo se urbanizado ao longo do decênio, a Razão de Sexo ainda indica a dominância da presença masculina, aumentando a chance destes municípios terem características rurais. Mas, tal fato merece outras análises, pois não necessariamente um município ruralizado devido à forte presença masculina poderia ser reconhecido como debilitado. Neste sentido, o uso da Razão de Sexo, tem limitações para o Sudeste, onde a urbanização é intensa. Quanto ao Índice de Envelhecimento, em todo o Sudeste acompanha-se a redução da ritmo de envelhecimento da população indicando o estágio avançado em que o Brasil encontra-se da transição demográfica. No estado de Minas Gerais e em São Paulo, os maiores índices de envelhecimento encontram-se nos municípios Semi-Estagnados, tanto de alta quanto baixa densidade demográfica.

Já no que tange ao Saldo Migratório considerando os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010, Minas Gerais figura como o Estado que permaneceu perdendo população, mas, diga-se de passagem, é o estado com maior número de pequenos municípios debilitados, o que reflete nos totais da UF. Porém, percebe-se um declínio no ritmo da perda (-65.333 pessoas em 1995/2000 e -16.948 em 2005/2010). Ainda sobre o balanço populacional evidenciado pelo SM, os pequenos municípios dinâmicos de alta densidade receberam expressivo volume populacional em SP e em MG, em contrapartida, houve perda populacional no RJ e ES. Mas, surpreendentemente, são os pequenos municípios dinâmicos de baixa densidade demográfica os que mais atraem população em todas as Unidades Federativas do Sudeste, fato este que merece atenção.

Unidades da Federação, municípios de pequeno porte e classes de subespaços		Número de Municípios (2010)	Dados Demográficos						
			Saldo Migratório		Taxa de Crescimento		Grau de Urbanização (%)		
			1995/2000	2005/2010	1991/2000	2000/2010	2000	2010	
MG	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	7	17.443	17.820	8,64	2,70	90,9	93,9
		Semi-Estagnados	4	1.414	624	3,24	0,92	88,5	86,6
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	129	56.616	82.460	1,86	1,52	80,5	85,1
		Semi-Estagnados	502	-64.161	-53.497	1,03	0,41	66,2	70,7
	Debilitados	145	-76.643	-64.355	-0,98	-0,39	41,2	47,8	
	<b>Total</b>	<b>787</b>	<b>-65.333</b>	<b>-16.948</b>	<b>0,91</b>	<b>0,57</b>	<b>65,5</b>	<b>71,1</b>	
SP	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	19	54.358	60.984	3,47	2,56	93,1	94,2
		Semi-Estagnados	3	977	-1.619	1,30	0,11	97,5	98,4
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	235	127.732	193.945	2,09	1,51	85,5	88,9
		Semi-Estagnados	243	10.354	6.184	1,09	0,37	79,1	82,8
	Debilitados	21	-6.472	-11.492	-0,27	-0,64	51,1	56,8	
	<b>Total</b>	<b>521</b>	<b>186.948</b>	<b>248.002</b>	<b>1,68</b>	<b>1,08</b>	<b>82,4</b>	<b>86,2</b>	
RJ	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	6	12.781	9.623	1,06	2,46	92,6	93,4
		Semi-Estagnados							
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	23	17.965	27.156	0,75	1,71	75,0	81,7
		Semi-Estagnados	25	-1.933	-611	2,24	0,31	65,9	70,9
	Debilitados	1	28	-239	0,36	0,57	43,8	51,8	
	<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>28.841</b>	<b>35.930</b>	<b>2,33</b>	<b>1,25</b>	<b>73,2</b>	<b>79,1</b>	
ES	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	2	4.145	2.373	4,74	1,38	83,0	86,2
		Semi-Estagnados							
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	14	4.971	12.216	1,09	1,59	67,5	73,8
		Semi-Estagnados	40	-4.496	4.586	1,79	0,52	50,6	58,4
	Debilitados	10	-4.500	-7.910	-1,26	0,06	39,2	45,3	
	<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>120</b>	<b>11.265</b>	<b>1,34</b>	<b>0,72</b>	<b>53,6</b>	<b>61,1</b>	

Tabela 2 – Dados demográficos dos municípios de pequeno porte do Sudeste discriminados pela Tipologia demográfica, por número de municípios, Saldos Migratórios, Taxa Anual de Crescimento e Grau de Urbanização  
Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados Trabalhados pelos autores

Nesses municípios, em 2010, o índice de envelhecimento exibiu os menores valores, como se verificou em Minas Gerais (51,2%), Rio de Janeiro (57%) e Espírito Santo (44,8%). A maior presença de jovens, dados os baixos índices de envelhecimento, pode indicar uma maior oferta de trabalho. Esses municípios poderiam estar mais atraentes do ponto de vista econômico. Em São Paulo, em contrapartida, os menores índices estão entre os municípios debilitados (49,9%). Provavelmente, os municípios paulistas dinâmicos e semi-estagnados constituem locais atrativos com boas condições materiais e serviços adequados às necessidades de idosos o que faria os índices de envelhecimento aumentar. De modo geral, a característica de grande parte das pequenas cidades é a alta proporção de idosos. Isso se deve tanto à imigração de aposentados quanto à emigração de jovens.

A população brasileira vem reduzindo sistematicamente seu ritmo de crescimento nas últimas décadas, acompanhando o avanço da transição demográfica. É de se esperar que os volumes de população migrante tendem também a diminuir com o passar do tempo, e isso certamente já acontece em várias regiões do Brasil. Entretanto, com exceção de Minas Gerais, todos os Estados atraíram população em 2010. Os números mais expressivos são vistos em São Paulo por possuir a maior parcela do número de assentamentos dinâmicos do Sudeste. Considerando as três categorias, Dinâmicos, Semi-Estagnados e Debilitados, esses últimos inexitem entre os municípios de pequeno porte com alta densidade do Sudeste. No Rio de Janeiro e Espírito Santo inexitem até mesmo a classe dos Semi-Estagnados entre os pequenos de alta densidade demográfica. Neste sentido, é também entre os municípios de pequeno porte e baixa densidade demográfica que há uma representação significativa dos municípios Semi-Estagnados e Debilitados.<sup>2</sup>

Em suma, ao se explorar os dados da Tabela 2, o que há de mais novo, é o fato de que o conjunto de municípios de pequeno porte e baixa densidade dinâmicos cresceu a uma taxa comparável a outros municípios de maior porte populacional. Ademais, entre eles é significativa a atração populacional, como evidenciado pelos recorrentes Saldos Migratórios positivos entre os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010. Mas, onde localizam-se estes assentamentos? Neste sentido, a hipótese geral deste trabalho postula que a mudança demográfica é um preditor significativo das mudanças socioeconômicas aninhadas nos pequenos municípios. Posto isto, uma análise espacial (Figura 1) pode clarificar os fatores regionais e níveis de hierarquia nos sistemas urbanos. A análise da dimensão espacial dos subespaços Dinâmicos, Semi-Estagnados e Debilitados do Sudeste busca revelar a redistribuição da população no conjunto dos pequenos municípios assinalando suas particularidades e consonâncias, a ponto de evidenciar agrupamentos espaciais.

## **Caracterização geográfica dos pequenos municípios do sudeste**

Pela Figura 1, conclui-se que a imensa maioria dos 41 pequenos municípios de alta densidade, localizam-se nas franjas das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória, ou nos arredores de grandes centros urbanos. Esse fato por si só explica o dinamismo e o crescimento desse grupo acima da média regional. O adensamento deve resultar do lançamento imobiliário nesses municípios de vários parcelamentos de caráter urbano como os condomínios fechados, sítios e chácaras utilizados para moradia e/ou casas de campo.

Os pequenos municípios de baixa densidade demográfica e com comportamento de Semi-Estagnação, totalizam 817 no Sudeste evidenciando espaços de transição demográfica. Entre os pequenos municípios mineiros de baixa densidade demográfica, o perfil de debilidade é o mais numeroso do estado. Estes últimos concentram-se sobretudo, no norte de Minas (Vale do Jequitinhonha), Leste (Mucuri e Rio Doce) e Zona da Mata. Tal fato associa-se à ocupação e formação territorial antiga. Minas Gerais contou com a civilização do ouro no século XVIII e nas porções orientais do estado, em um domínio intitulado Mar de Morros, menos atraente geograficamente se encaixou uma miríade de pequenas



idades nas proximidades das lavras. Já em São Paulo, Espírito Santo e Rio Janeiro, onde o dinamismo demográfico se impôs, a organização espacial concentrou-se, sobretudo, nos municípios que historicamente cresceram primeiro.

Em São Paulo, a vasta área planáltina em torno dos vales Tietê e Pinheiro favoreceu imensamente a expansão e proliferação de atividades agrícolas e industriais que fizeram surgir muitas cidades médias prósperas ainda na primeira metade do século XX. Já a metrópole, antes das demais, acabou experimentando as consequências do “gigantismo” econômico e demográfico sob a forma de deseconomias de aglomeração. Tal fato foi evidente a partir da publicação dos dados censitários de 1980 que sinalizavam uma novidade a nível nacional, ou seja, o menor crescimento populacional das metrópoles e a recuperação demográfica dos pequenos e médios municípios. Essa desconcentração demográfica passou a evidenciar a expansão de novas centralidades econômicas.

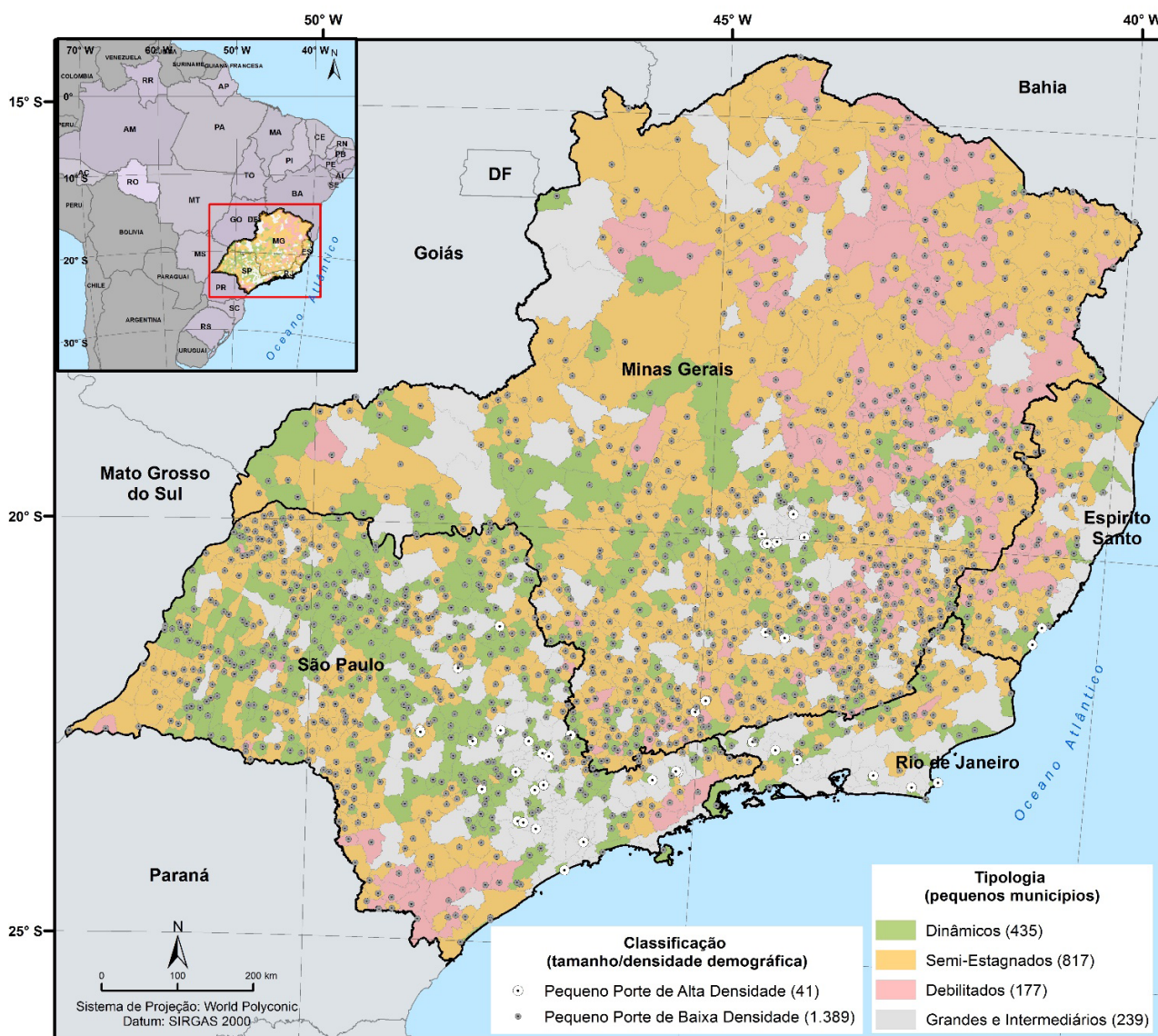


Figura 1: Classificação dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro por tamanho e densidade demográfica e Tipos municipais conforme critérios demográficos

Por outro lado, os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, de tamanho similar, litorâneos, com histórias de ocupação antiga, mas muito distintas, especialmente porque o Rio de Janeiro foi por muito tempo a principal grande cidade do país (capital do Brasil), o que fez com que incorporasse uma vasta extensão de área construída conurbada com a velha cidade, circundada por muitas áreas cuja ocupação exigiria obras de saneamento e infraes-



truturas que só avançaram em meados do século XX. Daí a excessiva concentração econômica e demográfica nas adjacências da cidade do Rio de Janeiro. No Espírito Santo, existe um tal poder de influência de Vitória sobre o restante do estado que explica o dinamismo de municípios como Vila Velha. Convém assinalar que os obstáculos para a expansão econômica e demográfica no município de Vitória são dificultados por barreiras geográficas locais (relevo e oceano), daí a ponte até Vila Velha certamente favoreceu muito a expansão para as áreas a sul da capital.

A distribuição espacial da população ao longo da história, independentemente da escala em que tenha ocorrido, foi condicionada por múltiplos fatores, sendo estes históricos, econômicos e naturais. Na modernidade, tem se atribuído uma maior importância aos fatores econômicos, uma vez que a população tende a se concentrar naquelas áreas onde as oportunidades de trabalho são maiores e melhores. Isto explica o esvaziamento de algumas áreas em detrimento de outras. Neste contexto, os dados demográficos possuem relevância para os estudos geográficos, especialmente, quando se propõem a avaliar o que diferencia os pequenos municípios em questão e, ao mesmo tempo, o que os agrupa em termos da reprodução de processos espaciais.

Ao se atentar a estes diferentes aspectos, o olhar geográfico pode evidenciar configurações territoriais dos pequenos municípios como destacado na Figura 2 e 3. No que tange às feições do relevo e a presença de um Eixo Tri-Modal combinadas com a Tipologia dos pequenos municípios, buscou-se discutir sobre os fundamentos e desdobramentos da reestruturação urbana no Brasil, bem como do surgimento de novas centralidades ligados a municípios de menor porte populacional. Mas, estes processos se realizam diferenciadamente em termos regionais ou há relativa repetição? Tudo isto nos faz refletir sobre como as formas espaciais estão articuladas às funções e processos que se fazem presentes nos municípios do Sudeste brasileiro.

A representação do relevo baseada no atributo de declividade utilizada neste estudo foi obtida a partir de um Modelo Digital de Elevação, que segundo Montgomery (2003) é uma representação espacial da superfície a partir de pontos que descrevem a elevação tridimensional de uma grade de dados vetoriais a intervalos regulares ou irregulares. O processo de elaboração ocorreu em quatro etapas: aquisição de dados altimétricos secundários no domínio do site “World Clim”, geração do MDE a partir do interpolador TIN (Triangular Irregular Network), conversão deste modelo topográfico para tipo Raster e criação do Mapa de Declividade pela ferramenta *Slope* em porcentagem, classificado em seis classes de relevo como proposto pela Embrapa (1997). Considerou-se a declividade por ser um dos mais importantes atributos topográficos primários e por adequar-se melhor à proposta em análise.

Torna-se nítido que a paisagem regional do Sudeste é diversa, composta por um mosaico de planaltos, planícies, serras e depressões. Nas menores declividades representado pelas feições de relevo mais planas encontram-se pequenos municípios dotados de dinamismo demográfico, como na faixa litorânea do Espírito Santo e Rio de Janeiro, no Triângulo Mineiro e nas depressões paulistas a oeste. No caso das planícies costeiras, como estas são bem largas este fator contribuiu com a apropriação de suas baixadas, como é o caso do ES e RJ.

Os resultados podem também expressar outras idiosincrasias entre os estados do Sudeste, que influem nas tendências assinaladas pelos dados cotejados na Tabela 1 e 2. Minas Gerais e São Paulo são Unidades Federativas muito maiores que Rio de Janeiro e Espírito Santo, possuem histórias diferentes tanto quanto características geográficas que facilitaram mais ou menos o espraiamento da ocupação territorial. No caso de São Paulo, o relevo mais plano a oeste em regiões de depressão e por conseguinte, os solos férteis ali presentes (chamados de terra roxa) permitiram a mecanização e o melhor aproveitamento de terras. Também percebem-se pequenos municípios dinâmicos, muitos deles ligados possivelmente ao agronegócio, na região Central de Minas Gerais caminhando para oeste no Triângulo. O relevo mais suave e a presença do bioma do Cerrado com suas terras produtivas e agricultura altamente tecnificada contribuem para esta configuração territorial.

Já em relevos mais entalhados e acidentados, por conseguinte, com maiores declives há a predominância de pequenos municípios Debilitados e Semi-Estagnados, no norte de Minas Gerais, onde está localizada a Serra do Espinhaço e regiões de vegetação de Caatinga como no Jequitinhonha, no Quadrilátero Ferrífero a nordeste e nas franjas montanhosas a leste da Serra da Mantiqueira e do Mar (estas regiões também configuram-se como de maior fragilidade ambiental dado à pressão antrópica iniciada ainda no Brasil Colônia). Estes casos mostram como o relevo condicionou a apropriação territorial, influenciando na distribuição da população ao agir como uma barreira ou facilitador de ocupações mais efetivas e até conformando espaços de transição entre áreas mais e menos densas no Sudeste.

A representação das vias de acesso através do registro dos principais rios, rodovias federais e ferrovias em tráfego no Sudeste (Figura 3) procuram evidenciar o quanto os subespaços dinâmicos do Sudeste estão associados à implementação de redes técnicas e de infraestrutura que respondem às suas lógicas produtivas. Pela Figura 3, percebe-se que os subespaços dinâmicos estão completamente articulados pela combinação de acesso pelas rodovias, ferrovias e hidrovias, embora as ferrovias e hidrovias ainda sejam subutilizadas. Em Minas Gerais, estado que possui a maior malha rodoviária do país, há a oeste, às margens da BR-040, pequenos municípios considerados dinâmicos como Pompéu, Três Marias e São Gonçalo do Abaeté. Como também é o caso de Bom Despacho, Campos Altos, Ibiá e Perdizes, pequenos municípios dinâmicos da região Central de Minas e Triângulo Mineiro que situam-se nas bordas da BR-262. No estado de São Paulo, a alta densidade destas infraestruturas encontra-se espalhadas por todo o território favorecendo a circulação, o que certamente contribui na conformação de eixos de desenvolvimento econômico.

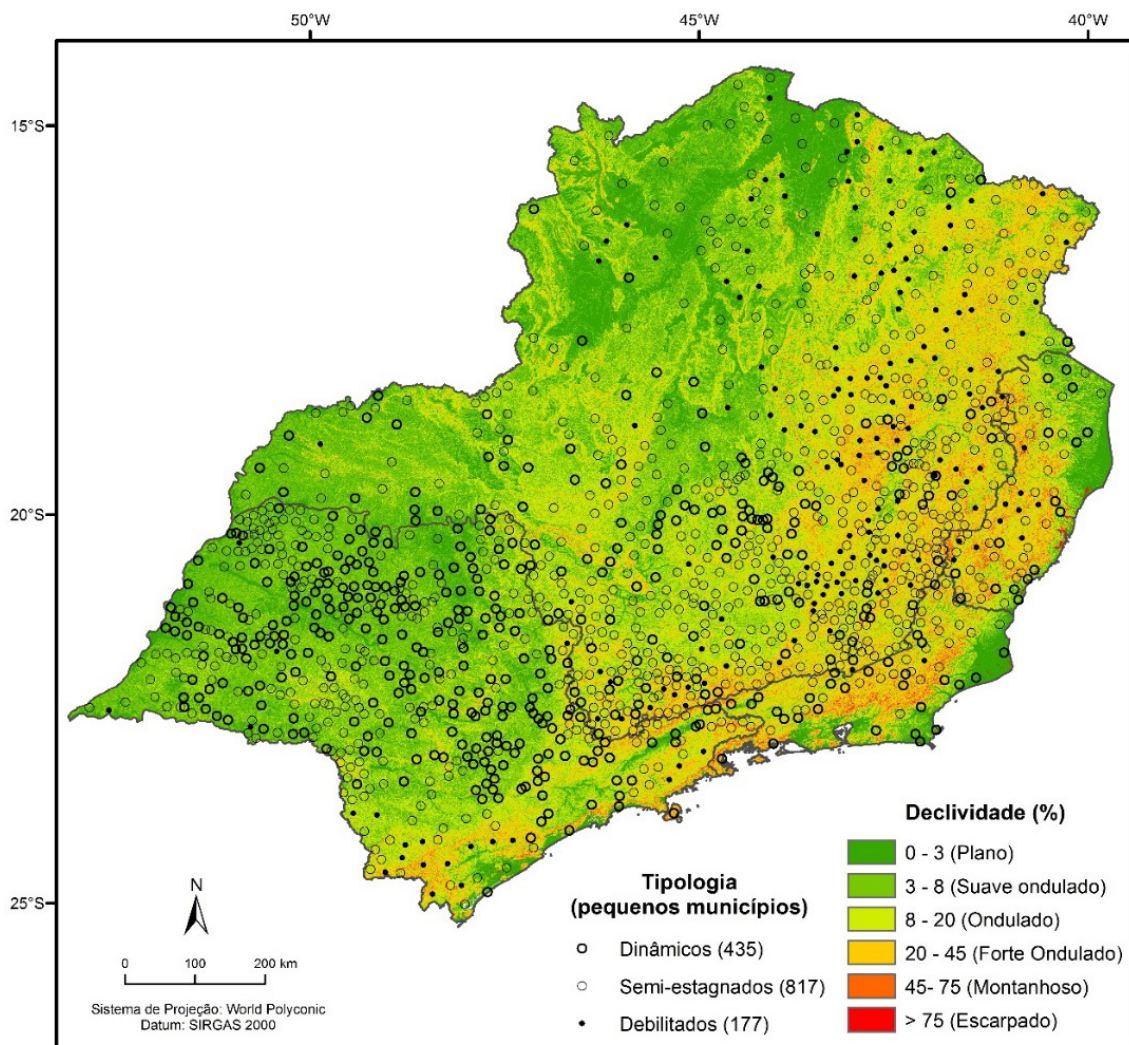


Figura 2: Tipologia Demográfica dos Pequenos Municípios em Associação com Declividade (%)



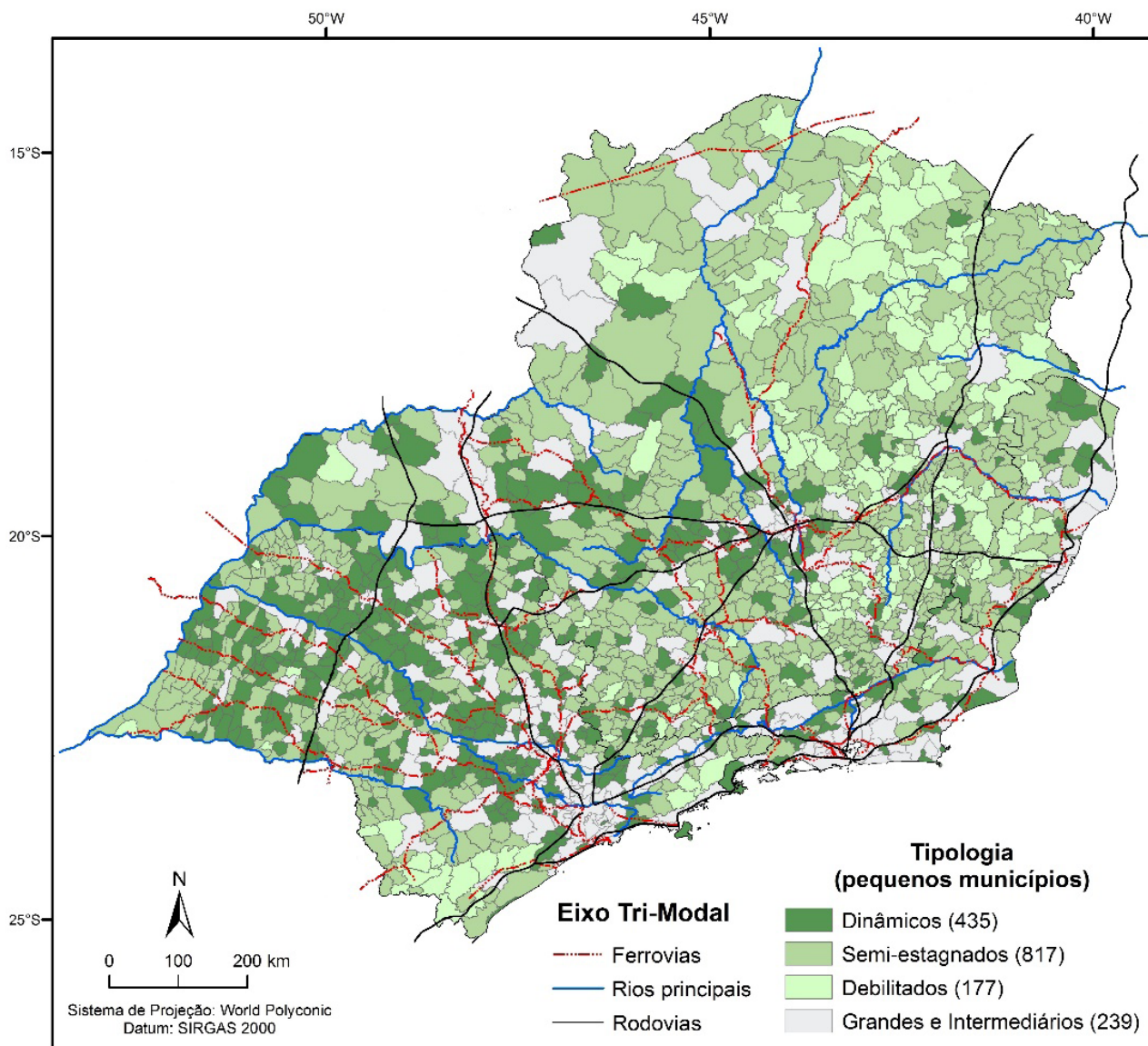


Figura 3: Tipologia Demográfica dos Pequenos Municípios associado a Distribuição de Eixos Tri-Modais

Segundo Oliveira (2012), o Estado de São Paulo possui uma das melhores infraestruturas de transportes do Brasil quando comparado à outras Unidades da Federação. Conforme visto na Figura 3, o estado é bem integrado pelas infraestruturas de transportes. O modal ferroviário é subutilizado, o que ocorre em todo o país, exemplo disso é a visível má qualidade do material rodante, embora exista uma malha significativa no estado de São Paulo. Quanto ao modal rodoviário, São Paulo é um dos estados brasileiros que possui uma das menores proporções de rodovias federais em relação ao tamanho do território. Porém, possui a melhor malha rodoviária brasileira, no que se refere à qualidade das vias com pavimentação e sinalização.

Os pequenos municípios dinâmicos paulistas concentram-se sobretudo, às margens do Rio Tietê valendo-se de uma das principais hidrovias do país, a Tietê-Paraná, grande transportadora de cargas, principalmente de commodities agrícolas, oriundas da região Centro Oeste. A eficiência destas movimentações de carga ocorre em função da interligação com a rodovia e ferrovia (conectando aos portos de Santos e São Sebastião). No caso paulista, conforma-se nítidos eixos de desenvolvimento, principalmente ao norte da Tietê-Paraná, como pode ser visto nas centenas de pequenos municípios dinâmicos ali concentrados. Ademais, a localização de plantas industriais vem se distanciando de áreas dotadas de forte centralidade, sobretudo, em razão dos preços de terrenos e das facilidades de transporte

que as grandes empresas exigem. Esse fenômeno contribui para o fortalecimento das economias dos municípios ditos dinâmicos localizados fora de regiões metropolitanas. Para Oliveira (2012), isto é resultado da sinergia entre infraestrutura de transportes e comunicações, de novas centralidades no território paulista e da forte participação das atividades produtivas, materializando-se em novos espaços de produção e consumo.

Em vias de conclusão, os estudos populacionais adquirem significância em qualquer tipo de análise, seja de natureza demográfica, econômica, política ou social. Não é necessário apenas conhecer os números na sua totalidade, mas sim na dinâmica dos processos que lhes dão conformação. É através desses processos que se pode verificar as mudanças que ocorrem ou estão ocorrendo no perfil de uma população. Em face disto, buscou-se analisar os pequenos municípios do Sudeste sob dois aspectos principais: envolvendo-os como universo de estudo no contexto do Sudeste brasileiro à luz de variáveis demográficas; e segundo, caracterizando estes pequenos municípios sob o olhar geográfico por meio de atributos como o relevo e a presença de infraestrutura de modais, introduzindo portanto, a dimensão espacial. Os resultados nos permitem inferir que não há dúvidas sobre a crescente importância de áreas do interior do Sudeste.

## Considerações finais

Nos últimos 40 anos, o Brasil tem experimentado movimentos de redistribuição da sua população para áreas que até então representavam menor atratividade, atrelados ao avanço da transição demográfica e redução da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Diante de tal fato, as evidências de que em qualquer Grande Região, os municípios de maior porte populacional seriam capazes de comandar a dinâmica demográfica e a geração de riqueza regional parece não ter tanto peso como outrora. Em uma região como a do Sudeste, quando os municípios foram estratificados em classes de tamanho e classificados por critérios demográficos que delimitaram “subespaços dinâmicos”, tornou-se evidente a conformação territorial de subespaços capazes de agregar características de forte dinâmica demográfica.

Portanto, neste artigo, buscou-se desvendar e compreender a realidade dos pequenos municípios a partir de diferentes níveis de análise. Assim, avançou-se nas discussões sobre as mudanças demográficas, focando na comparação estabelecida entre municípios que apresentaram perfil de dinamismo, declínio e semi-estagnação. A identificação dessa variabilidade presente nestes pequenos municípios permitiu considerar como estes processos se distribuem no espaço, sob o olhar geográfico. Ademais, percebeu-se a imponência dos municípios de pequeno porte frente o comportamento demográfico regional. Tal fato expressa a relevância da interiorização da urbanização brasileira e indica novos comportamentos regionais.

Os pequenos municípios dinâmicos e de alta densidade demográfica apresentam características particulares como a taxa de crescimento populacional acima da média regional e do Brasil, muito em função da proximidade geográfica com as Regiões Metropolitanas e/ou grandes centros urbanos. Isto é notório em todas as Unidades Federativas do Sudeste, mas São Paulo destaca-se por possuir o maior número de municípios nesta condição. Em contrapartida, em todos os municípios do Sudeste houve uma redução sistemática desta mesma taxa ratificando o processo de transição demográfica pelo qual o país vem vivendo e um acréscimo no grau de urbanização corroborando as discussões de espraiamento da urbanização. Minas Gerais é o estado com maior número de municípios com características de debilidade sustentado por repetitivos Saldos Migratórios negativos verificados a partir dos dois últimos quinquênios de 1995/2000 e 2000/2010. Já Espírito Santo e Rio de Janeiro juntos agregavam um expressivo montante de municípios em situação de semi-estagnação.

O Sudeste com sua tamanha extensão geográfica evidentemente agrega municípios com comportamentos diferentes. Assim, a compreensão de como se constitui as característi-



cas similares e dissonantes desse conjunto de municípios pode também ser conhecida por meio da localização espacial relativa dos agrupamentos de municípios mais ou menos dinâmicos demograficamente. Neste sentido, a novidade está entre os pequenos municípios dinâmicos e de baixa densidade demográfica. Estes crescem tanto quanto os pequenos de alta densidade e vem incrementando estoques populacionais com reiterados Saldos Migratórios positivos.

No Espírito Santo e Rio de Janeiro, tais municípios localizam-se na faixa litorânea, em função do histórico de ocupação e do próprio relevo que permite uma ocupação de modo mais efetivo. Em Minas Gerais, representados em menor número, concentram-se em eixos de desenvolvimento nas proximidades de grandes centros urbanos e da RMBH, outros agrupamentos também podem ser vistos em direção ao Triângulo Mineiro, nas imediações da BR-262 e da BR-040 a oeste. Já em São Paulo, estado com destaque de pequenos municípios dinâmicos demograficamente, estes distribuem-se, especialmente, nas adjacências da hidrovía Tietê-Paraná, grande movimentadora de cargas, em terras com menores declives e com presença de eixos tri-modais eficientes.

Frente ao processo de redistribuição demográfica pode-se cogitar que, mesmo em se tratando de pequenos municípios demograficamente dinâmicos, a atividade agropecuária preferencialmente localiza-se nesses espaços. Logo, os municípios de menor tamanho localizados fora das regiões metropolitanas tenderiam a expulsar população, devido a menor absorção de mão de obra que a agropecuária demanda. Contudo, observa-se que de modo geral, nesse conjunto de municípios há crescimento populacional. Portanto, pode-se deduzir que a agropecuária, mesmo moderna, não expulsa população desses municípios quanto no passado, certamente por conta da presença próxima de pequenas cidades dependentes da atividade agrícola e atraentes do ponto de vista do emprego, condições de vida e outras amenidades.

É notório que as conclusões até então alcançadas sugerem uma série de novos estudos mais detalhados que possam trazer à luz outras características dessas centenas de municípios de pequeno porte, especialmente no tocante ao perfil das atividades econômicas neles instaladas que parecem estar lhes proporcionando o dinamismo demográfico aqui explicitado. Se isso é verificável, quais seriam os setores econômicos que mais se destacam nessas centenas de municípios? São as atividades do setor primário ou as grandes plantas industriais que se dispersam pelo território que explicam boa parte da performance dos pequenos municípios? A referida Tipologia ratifica a presença de agrupamentos diferenciados segundo atributos econômicos, ao longo do Sudeste brasileiro? Lançando luz sobre estas discussões, os novos caminhos a serem trilhados requerem o aprofundamento das análises socioespaciais acerca dos pequenos municípios do Sudeste brasileiro, na tentativa de checar a validade da classificação proposta, quando inseridas variáveis ligadas especificamente ao comportamento migratório e econômico.

## Referências

- ALVES, L. A; SILVA A. R. Desafios e potencialidades das pequenas cidades no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal-MG e São Gotardo-MG. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**: Curitiba, v. 35, p. 7-37, 2015.
- BACELAR, W. K. de A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sócio - políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara - MG, 411f. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo -Território**, Uberlândia, v. 123-151, 2006.
- BELL, D; JAYNE, M. Small Cities? Towards a Research Agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**. v. 33, p. 683-689, 2009.
- BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.
- CABETTE, A; STROHAECKER, TM. A dinâmica demográfica e a produção do espaço urbano em Porto Alegre, Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 481-501, 2015.
- CARVALHO, R. C; RIGOTTI, J.I. R. As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v.32, n.2, p. 235-256, 2015.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n.6, p. 41-53, 1999.
- \_\_\_\_\_. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 30, p. 05 - 12, 2011.
- COSTA, F. R da; ROCHA, M. M. Nova dinâmica dos municípios do Paraná. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 91-104, 2014.
- COUTINHO, S.A. Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas. **GeoTextos**, vol. 7, n. 1, p. 83-104, 2011.
- CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 29-50, 2012.
- DOTA, E. M; COELHO, A. L. N; CAMARGO, D. M. **Atlas da Migração no Espírito Santo**. UFES, PROEX, Vitória, 1. ed., 97 p.
- DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Análises físicas**. In: Manual de métodos de análise de solo. 2. ed. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas de Solo, 1997. p. 1-79. (Embrapa - CNPS: Documentos, 1).
- FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, vol. 9, n. 20, 2010.
- GOMES, N. F. M; MATOS, R. E. da S. Pequenos municípios do Sudeste brasileiro: apontamentos a partir da dinâmica demográfica. **Anais... IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades**, Ituiutaba, 2016.
- HAMDOUCH, A; DEMAZIERE, C; BANOVA, K. The Socio-Economic Profiles of Small and Medium-Sized Towns: Insights from European Case Studies. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**. p. 1-16, 2017

- JUNIOR, O. M. As cidades pequenas na Geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, p. 19-33, 2013.
- \_\_\_\_\_. Uma Leitura Geográfica dos Papéis e significados de Cidades Pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v.29, p. 79-99, 2015.
- KLERING, L. R.; KRUEL, A. J.; STRANZ, E. Os pequenos municípios do Brasil-uma análise a partir de índices de gestão. **Análise**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 31-44, 2012.
- LIMA, E. E. C de; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 57-75, 2013.
- LOBO, C; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 81-101, 2011.
- LOBO, C. Dispersão espacial da população no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, vol.15, n.3, p.19-36, 2016.
- LOPES, J.R. **Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano- industrial no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MARENCO, S. N; RAINER, F. B. Abordagens teóricas e metodológicas para pensar as cidades pequenas. **Anais...** Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2014.
- MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Fundação Seade, 1990.
- MARTINEZ, L. F; FERREIRA, A. I. **Análise de dados com SPSS: primeiros passos**. Escolar Editora: Lisboa, 2007.
- MATOS, R; BAENINGER, R. Migração e Urbanização no Brasil: Processos de Concentração e Desconcentração Espacial e o Debate Recente. **Cadernos do LESTE**, Belo Horizonte, p. 342-385, 2008.
- MATOS, R; FERREIRA, R. N. Brasil em crise e o emprego formal no Sudeste. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 61, p. 150-164, 2017.
- MONTGOMERY, D. R. Predicting landscape-scale erosion using digital elevation models. **Compets Rendus Geosciences**. v.335, p.1121-1130, 2003.
- NASCIMENTO, T. C. L do; OJIMA, R. Migrações internas no Brasil: um panorama analítico e alguns percursos teóricos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 239-242, 2014.
- NOGUEIRA, M. Impactos socioeconômicos dos benefícios previdenciários em pequenas cidades do Estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Lisboa, n. 4, p. 177-196, 2013.
- OLIVEIRA, C. A. Infraestrutura de transportes: análise dos principais modais no estado de São Paulo. **Revista Formação Online**, São Paulo, n. 19, v. 1, p. 124-150, 2012.
- RIBEIRO, M. A, CAVALCANTI, V. M. Tipologia urbana: o exemplo do estado do Rio de Janeiro. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.5, n.10, p.27-36, 2011.
- SILVA, J. G. da. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: KAGEYAMA, Â.; SILVA, J. G da. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP, p.1- 40, 1996.
- SINGER, P. Dinâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1988.

SMITH, I. Demographic Change in European Towns 2001-11: A Cross-National Multi-Level Analysis. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, p. 1-14, 2017.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

## Notas

1. Escolheu-se o programa estático SPSS por se tratar de um *software* de análise estatística e tratamento de dados voltado para as Ciências Sociais Aplicadas (MARTINEZ; FERREIRA, 2007). Utilizou-se algumas ferramentas estatísticas da Análise Exploratória de Dados - AED (TRIOLA, 2009), tornando-se possível compreender os significados e variações regionais das variáveis envolvidas na tipologia, em um ponto de vista histórico.
2. Cumpre destacar que, entre alguns dos pequenos municípios considerados como “Debitados” de baixa densidade no Rio de Janeiro e Espírito Santo (Tabela 2) há os com taxas de crescimento populacional ligeiramente positiva, para o ano de 2010 (período discriminador da classificação). Conforme a classificação proposta, estes municípios deveriam estar sofrendo um decréscimo populacional. Porém, nesses casos apresentavam-se, concomitantemente, baixo Grau de Urbanização e Saldo Migratório negativo em 2010, o que também caracteriza o perfil de Debilidade. Sendo assim, estes casos foram reclassificados na condição de Debitados, uma vez que atendiam duas das três condições características deste perfil.